



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2012

Licitação Exclusiva para a participação de
Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Tipo: Menor Preço Global

**OBJETO: AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E
PROGRAMAÇÃO DE CENTRAL DE PABX
DIGITAL, TERMINAL DIGITAL, PLACA
RAMAL 16 RAMAIS DIGITAIS E TERMINAL
INTELIGENTE.**



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2012

O ESTADO DE GOIÁS, através da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento - SEGPLAN, inscrita no CNPJ/MF n.º 02.476.034/0001-82, situada No Palácio Pedro Ludovico Teixeira, à Rua 82 n.º 400, 7º andar, Setor Sul, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria n.º 044/2012, **Licitação Exclusiva para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, na modalidade **PREGÃO**, tipo **“Menor Preço Global”**, visando aquisição, instalação e programação de central de pabx digital, terminal digital, placa ramal 16 ramais digitais e terminal inteligente, conforme descrito no objeto do presente Edital e constante do Processo Administrativo n.º 201100005005000. A presente licitação será regida pelo Decreto Estadual n.º 7.468/2011, Decreto n.º 7.466/2011, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006 e as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 23 de junho de 1993, e suas posteriores alterações e pelas disposições deste Edital e seus Anexos.

Os envelopes contendo os documentos de PROPOSTA e HABILITAÇÃO deverão ser entregues à Pregoeira e Equipe de Apoio, no Auditório da SEGPLAN, localizada na Sede Administrativa desta Secretaria, data e horário abaixo:

10/09/2012 às 08h30min – Credenciamento, entrega de envelopes e Classificação de Propostas, Fase de Lances.

O Edital e seus respectivos anexos se encontram a disposição dos interessados para consulta e estudo, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes, nos dias úteis e no horário comercial, no endereço acima citado, ou ainda via internet no endereço eletrônico: www.segplan.go.gov.br e www.comprasnet.go.gov.br.

I. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, na modalidade PREGÃO, tipo “Menor Preço Global”, tem como objeto aquisição, instalação e programação de central de pabx digital, terminal digital, placa ramal 16 ramais digitais e terminal inteligente, conforme especificações constantes no Termo de Referência -Anexo I.

1.2. O licitante vencedor se obrigará a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no fornecimento do objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

II. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

- 2.1.** Poderão participar deste Pregão, os interessados e as empresas do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídas e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.** As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a SEGPLAN não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 2.3.** A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.
- 2.4.** Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial, por qualquer processo de cópia autenticada via cartório competente, ou ainda pela Pregoeira ou por servidor da Equipe de Apoio, neste último caso, deverá apresentá-la, impreterivelmente, antes da sessão de abertura da licitação.
- 2.5.** Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas os licitantes credenciados, a Pregoeira e os membros da Equipe de Apoio.
- 2.6.** É vedada a participação de empresa:
- 2.6.1.** Concorratária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - 2.6.2.** Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, Parágrafo Único, da Lei Federal n.º 8.666/93;
 - 2.6.3.** Que esteja suspensa de licitar junto ao CADFOR – Sistema Eletrônico de Administração de Compras – Se@cs da Superintendência de Suprimentos e Logística/SEGPLAN.
 - 2.6.4.** Que esteja reunida em consórcio ou coligação;
 - 2.6.5.** Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.
- 2.7.** Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, servidor ou dirigente da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO – SEGPLAN, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores da mesma.
- 2.8.** Não poderão se beneficiar do regime diferenciado, favorecido e simplificado em licitações, concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no art. 3º, parágrafo 4º da referida Lei.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

2.9. Conforme estabelecido pela Lei Complementar n.º 123/2006 e Decreto Estadual n.º 7.466/2011, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.10. Para usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar 123/2006 e Decreto Estadual n.º 7.466/2011, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão conforme **DECLARAÇÃO (Anexo VI)** se comprometendo a apresentar a documentação comprobatória caso venha a vencer o certame utilizando-se do benefício (Certidão emitida pela Junta Comercial ou outro documento que comprove o devido enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte), conforme exigência do item 5.2 deste edital.

2.11. A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada implicará na abertura de processo administrativo e consequente aplicação das sanções cabíveis.

2.12. *A participação em licitação expressamente reservada a microempresas (ME) e a empresas de pequeno porte (EPP), por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o ESTADO DE GOIÁS, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.*

III . DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 No dia, horário e local designados para recebimento dos envelopes, a licitante deverá apresentar um representante para credenciamento, da seguinte forma:

3.1.1. Se por seu titular, diretor, sócio ou gerente, munido de cópia do Estatuto Social ou Contrato Social ou instrumento que lhe confira poderes expressos para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente;

3.1.2. Se por outra pessoa, devidamente munida por instrumento público ou particular de procuração, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, devendo identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente, com documentação que comprove a competência de quem assina a procuração.

3.2. Todas as licitantes deverão apresentar ou assinar perante a Equipe de Apoio, antes da entrega dos envelopes, a **Carta de Credenciamento (Anexo III) e a Declaração I (Anexo IV), respectivamente**. A ausência da declaração ou recusa em assiná-la, constitui motivo para a exclusão da licitante do certame.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

3.3. Somente as licitantes que atenderem aos requisitos do item **3.2.** deste terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances e preços, manifestar após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Pregoeira, assinar a ata onde estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da Proponente. A licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos da Pregoeira.

3.4. Declarado encerrado o procedimento de credenciamento pela Pregoeira, não mais será admitida a participação de outras Proponentes.

3.5. Concluída a fase de credenciamento, os licitantes deverão entregar ao pregoeiro a declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e os envelopes da proposta de preço e dos documentos de habilitação.

IV . DA SESSÃO DO PREGÃO

4.1. O pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço;

4.2. Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso IV, o pregoeiro classificará as propostas subsequentes de menor preço, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

4.3. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes selecionados, que deverão, de forma sucessiva e distinta, apresentá-los, a começar pelo autor da proposta selecionada de maior preço, seguido dos demais, em ordem decrescente, até que não haja mais lances;

4.4. Somente serão admitidos lances verbais em valores inferiores aos anteriormente propostos pelo mesmo licitante;

4.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas;

4.6. Não se realizando lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação e, na hipótese de ela vir a ser desclassificada, ou ainda inabilitada, o pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes, obedecendo aos critérios dos itens 4.1 e 4.2.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

4.7. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, poderá ela ser aceita, devendo o pregoeiro negociar, visando a obter preço melhor;

4.8. Encerrada a fase de lances, havendo participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/06, verificando-se a ocorrência de empate, entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta mais bem classificada, conforme Decreto Estadual n.º 7.466/2011, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno. Sendo a melhor oferta válida sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o desempate se dará na forma de sorteio. A Pregoeira se encarregará de convocar a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada para novo lance e cronometrar o prazo de 05 (cinco) minutos.

4.9. Na hipótese da microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresentar lance no prazo indicado no item 4.8 serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.8. Declarado o encerramento da etapa competitiva, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada, quanto ao objeto e valor, inclusive em relação à certificação de amostras, decidindo motivadamente a respeito;

V. DO ENVELOPE “PROPOSTA COMERCIAL”

5.1. Iniciada a sessão pública do pregão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro

5.2. A “PROPOSTA COMERCIAL” contida no Envelope 01, deverá ser apresentada digitada, em duas (02) vias, elaborada sem emendas ou rasuras, devidamente datada, rubricada em todas as suas páginas e assinada pela proponente ou seu representante legal, devendo observar o seguinte:

- a. Preços propostos, apresentados em Reais, referente à data de apresentação da proposta;
- b. A proposta poderá ser feita em papel timbrado da Proponente ou de seu representante legal, desde que atendidas todas as condições exigidas no Edital;
- c. Não será considerada Proposta elaborada em desacordo com este Edital e seus Anexos;
- d. Os erros de soma e/ou multiplicação, eventualmente configurados na Proposta de Preços das licitantes, serão corrigidos pela Comissão, e ainda, ocorrendo divergência entre o valor em algarismo e o valor por extenso, prevalecerá este último;



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

- e. Não será considerada Proposta sem assinatura da proponente ou de seu legítimo representante;
- f. A Comissão não considerará Proposta que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital ou proposta alternativa, ou ainda, que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;
- g. A licitante deverá apresentar Proposta Financeira prevendo todos e quaisquer custos para a entrega dos objetos solicitados no Termo de Referência, por um período de 02 (dois) meses, não se admitindo posteriormente o pedido de revisão de custos adicionais ou alteração dos valores e índices propostos.
- h. A licitante deverá arcar com todas as despesas com passagens, diárias de hotel, alimentação, deslocamento (táxi), bem como qualquer outra pequena despesa indireta até a efetiva entrega e instalação dos objetos;
- i. Certidão que ateste o enquadramento expedida pela Junta Comercial ou outro documento que comprove o devido enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.3. As propostas que não atenderem as exigências deste Edital, bem como as que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os preços de mercado, serão desclassificadas.

5.4. As propostas deverão permanecer válidas e em condições de aceitação por um período de 60 (sessenta) dias consecutivos contados da data da entrega das mesmas.

5.5. Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão de Licitação, necessárias para corrigir erros cometidos pelos licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.

5.6. Concluída a etapa classificatória das propostas e dos lances verbais e sendo aceitável a proposta de menor preço, verificada as condições de desempate estabelecidas nos arts. 43 a 45 da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, **arts. 3º e 4º do Decreto Estadual n.º 7.466/2011** o pregoeiro dará início à fase de habilitação com a abertura do envelope contendo a documentação do proponente da melhor oferta, confirmando as suas condições de habilitação;

5.7. No caso de igualdade dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, apresentando situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência.

VI. DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

6.6. O licitante vencedor deverá enviar no endereço e nas conformidades exigidas neste certame, dentro do ENVELOPE Nº 02 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO), a seguinte documentação:



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

6.1.1. CRC- Certificado de Registro Cadastral expedido pelo CADFOR do Sistema SE@CS do Estado de Goiás, coordenado pela Superintendência de Suprimentos e Logística - SEGPLAN, em vigência, compatível com o objeto licitado.

6.1.1.1. O CRC poderá ser impresso pelo pregoeiro e caso apresente “status irregular”, será assegurado à licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão.

6.2. A licitante regularmente cadastrada (conforme item 6.1.1) fica desobrigada de apresentar os documentos exigidos nos itens 6.3.1, 6.3.2 e 6.3.3 do item 6.3 deste Edital, desde que estejam com regularidade e com suas datas de vencimento em vigor na data da realização da sessão.

6.2.1 O Pregoeiro efetuará consulta ao CADFOR do Sistema SEACS do Estado de Goiás, para comprovar a regularidade de situação do autor da proposta para estes itens. Caso a licitante não tenha apresentado o balanço, nos termos do item 6.3.3. para a consecução do Registro Cadastral, deverá também enviá-lo para análise.

6.3. As licitantes deverão atender, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, obrigatoriamente, às seguintes exigências:

6.3.1. Habilitação Jurídica

- a) Cédula de identidade
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, devidamente comprovado o último registro no órgão próprio e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

6.3.2. Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Cópias das certidões negativas de débitos ou equivalentes na forma da lei, relativas:
 - c1) à Seguridade Social – INSS**



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

- e2) ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e3) à Fazenda Pública Federal:
 - e3.1) Receita Federal, e
 - e3.2) Dívida Ativa da União;
- e4) à Fazenda Pública do Estado do domicílio ou sede da licitante (Certidão de Débito em Dívida Ativa);
- e5) à Fazenda Pública do Estado de Goiás (Certidão de Débito em Dívida Ativa);
- e6) à Fazenda Pública do Município do domicílio ou sede da licitante (Tributos Mobiliários).
- e7) à Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

6.3.2.1. Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal deverá ser de ambas (deliberação da Procuradoria Geral do Estado através de seu Despacho “AG” nº 001930/2008).

6.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, através de índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta;
- c) Comprovação da boa situação financeira através de no mínimo um dos seguintes índices contábeis, o qual deverá ser maior ou igual a 1:
 - ILC: Índice de Liquidez Corrente ou,
 - ILG: Índice de Liquidez Geral ou,
 - GS: Grau de Solvência

ILC =	$\frac{AC}{PC}$	=	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
ILG =	$\frac{AC + RLP}{PC + PNC}$	=	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não-circulante}}$
GS =	$\frac{AT}{PC + PNC}$	=	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não-circulante}}$

6.3.4. Qualificação Técnica

- a) Apresentar no **mínimo** 01 (um) Atestados/Declarações expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove já haver o licitante, realizado serviços pertinente ao



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

objeto desta licitação ao órgão declarante. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante e o nome do responsável pelo mesmo.

b) Apresentar **DECLARAÇÃO I (ANEXO IV)** de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, e ainda que tem ciência de todas as cláusulas deste Edital.

c) Apresentar **DECLARAÇÃO II (ANEXO V)**, juntamente com as demais documentações, de que atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao inciso V do Artigo 27 da Lei n.º 8.666/93, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

d) Apresentar **DECLARAÇÃO** informando de que tem pleno conhecimento de todas as informações e condições do local aonde serão instalados os equipamentos da Central de PABX Digital, Placa Ramal e Terminal Inteligente, e do grau de dificuldade existente para a entrega e instalação dos equipamentos. Caso a licitante queira ir ao local e fazer a vistoria "in loco" deverá ser agendando com antecedência pelo telefones (62) 3201-5714 na Gerência de Apoio Logístico e Suprimentos – SEGPLAN juntamente com o responsável. As despesas da licitante relativas às vistorias serão de sua inteira responsabilidade.

6.4. DO ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA COMERCIAL"

a) O envelope deverá estar identificado da seguinte forma:

NOME DA EMPRESA ENVELOPE Nº. 01 SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2012 PROPOSTA COMERCIAL

b) O envelope deverá conter a proposta comercial atualizada, com os valores finais ofertados neste Pregão, deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada em todas as folhas pelo representante legal da licitante;

c) As propostas comerciais deverão ser elaboradas conforme Modelos de Proposta Comercial – **Anexo II** deste Edital.

6.4.1. DO ENVELOPE Nº 02 – "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

a) O envelope deverá estar identificado da seguinte forma:

NOME DA EMPRESA ENVELOPE Nº. 02



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2012
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.5. Os documentos extraídos via INTERNET terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

6.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de até 4 (quatro) dias úteis para a regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame.

6.8. O tratamento favorecido previsto no art. 3º (Decreto Estadual n.º 7.466/2011) somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

6.9. O motivo da irregularidade fiscal pendente deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

6.10 A não-regularização da documentação no prazo do estipulado no item 7.7, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.11. As certidões exigidas nos itens 7.3.2 e 7.3.3 que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias contados da data de abertura do Pregão.

6.12. Os prazos de envio deverão ser respeitados, sob pena de enquadramento nas sanções previstas no item 13 deste edital.

6.13. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por qualquer processo de cópia autenticada via cartório competente ou autenticação pela Pregoeira ou Equipe de Apoio.

VII. DOS RECURSOS

7.1 Declarada a vencedora, qualquer licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, que será registrada resumidamente em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para a apresentação das



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contra razões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

7.2. O recurso contra a decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo, iniciando-se com a manifestação motivada do recorrente de sua intenção, devendo ocorrer imediatamente após a declaração do vencedor do certame, podendo ser formulado verbalmente na sessão ou por escrito, neste caso, deverá ser protocolizado e dirigido ao Secretário de Estado de Gestão e Planejamento, por intermédio da Pregoeira, que prestará as informações no prazo de 01 (um) dia útil, cabendo ao Senhor Secretário de Estado de Gestão e Planejamento julgá-lo em igual prazo.

7.3. O acolhimento do recurso pela Pregoeira ou pela Autoridade Superior, importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.4 Acatado(s) o(s) recurso(s) pela Pregoeira ela procederá a adjudicação do objeto à Proponente vencedora.

7.5 Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

7.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito ou via fax.

VIII. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

8.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos ou pedido de impugnação do Edital, deverá ser encaminhado, por escrito, a Pregoeira, na Gerência de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, situada na Rua 82 n.º 400 - Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 7º andar - Setor Sul, CEP 74015-908 – GOIÂNIA-GO.

8.2. Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão. Cabendo à Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.3. Acolhida a petição contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.

IX. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o Menor Preço Global.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

9.2. O resultado do julgamento das propostas será disponibilizado nos sites: www.comprasnet.go.gov.br e www.segplan.go.gov.br.

X. DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido em conformidade com o disposto no art. 73 a 76 da Lei Federal n.º 8.666/93, da seguinte maneira:

1. **Provisoriamente:** assim que for entregue o objeto licitado, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações técnicas;
2. **Definitivamente:** após verificação da conformidade do objeto, com as especificações e consequente aceitação, no prazo máximo de 07 (sete) dias;

10.2. No recebimento e aceitação dos produtos serão verificadas as especificações e conformidades contidas no Termo de Referência.

10.3. O prazo para instalação e entrega dos equipamentos objeto deste Pregão é de 20 (vinte) dias após a emissão da Nota de Empenho.

10.4. A licitante vencedora deverá executar o serviço de mudança instalação e configuração, da central telefônica fabricante Intelbrás Modelo Impacta – 140 com 16 linhas, 16 ramais analógicos, 16 ramais digital, 16 aparelhos digitais e seus acessórios, da unidade da SEGPLAN do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Rua 82, n.º 400, 7º andar, Setor Sul para unidade SEGPLAN na Av. República do Líbano, n.º 1945, Setor Oeste, inclusive com material necessário para conexão das linhas e ramais até rede já existente.

10.5. Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, para verificação de conformidade com o Termo de Referência. Se após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi entregue em desacordo com a proposta, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à licitante vencedora, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

10.6. A licitante vencedora deverá substituir, a suas expensas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os produtos recusados na fase de recebimento;

10.7. O recebimento do objeto não implica automaticamente em sua aceitação. Esta só se dará após exame da comissão de recebimento, que verificará se o material é compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência e se está em estrita conformidade com o descrito no objeto do Termo de Referência (ANEXO I);

10.8. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Licitante quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da normal utilização dos objetos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em entregar o objeto no prazo estipulado caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita aos licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação.

XI. DO PAGAMENTO

11.1. Após a homologação da licitação será emitida Nota de Empenho e Contrato a favor da Adjudicatária, que após a entrega do objeto da licitação, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo I, deverá apresentar a Nota Fiscal na Gerência de Apoio Logístico e Suprimentos da Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças – SEGPLAN que atestará a Nota Fiscal e a encaminhará para o pagamento.

11.2. A SEGPLAN pagará à CONTRATADA o valor correspondente, através de Ordem de Pagamento, em até 30 (trinta) dias após o recebimento das notas fiscais, as quais deverão ser apresentadas à Gerência de Apoio Logístico e Suprimentos da Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças - SEGPLAN, situada na Rua 82, nº 400, 7º Andar, Setor Central, Goiânia – Goiás, até o 5º dia útil do mês subsequente a entrega do objeto licitado.

11.3. Para efetivação do pagamento ainda será solicitada a apresentação do CRC – Certificado de Registro Cadastral e/ou outros documentos que possam ser considerados pertinentes pelo Setor Financeiro do órgão contratante. Em caso de irregularidade nos documentos apresentados, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

11.4. Para comprovação da regularidade da empresa a licitante vencedora deverá apresentar, além da correspondente Nota Fiscal/Fatura, comprovação da regularidade da empresa a licitante vencedora deverá apresentar, além da correspondente Nota Fiscal/Fatura, documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, com cópias autenticada da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e informações à Previdência Social, cópia autenticada da Guia de Previdência Social e Certidão Negativa de ISSQN do município onde os objetos serão entregues.

11.5. Nenhum pagamento será feito à empresa contratada antes de ser pago eventual multa que lhe tenha sido aplicada.

11.6. Para efeito de emissão da Nota Fiscal, o número do CNPJ da SEGPLAN é nº 02.476.034/0001-82.

11.7 Nos preços ora contratados estão incluídos todos os impostos com despesas de transportes, taxas, tributos previdenciários ou quaisquer outros encargos, mesmo não especificados, necessários ao cumprimento do presente Contrato;



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

XII. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 As despesas com a presente licitação correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 2012 . 27.01.04.122.4001.4001.04 oriunda da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás.

XIII . DAS PENALIDADES

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, a Contratada poderá sujeitar-se às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Estadual;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

13.2. As multas serão aplicadas em conformidade com o disposto no art. 15, § 1º do Decreto Estadual n.º 7.468/2011, da seguinte forma:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

13.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao CADFOR.

13.4. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.5. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

13.6. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado do CADFOR, pelo prazo de 05 anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato (ou instrumento equivalente) e das demais cominações legais.

XIV. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Após a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira, o Secretário de Estado de Gestão e Planejamento efetivará juízo de conveniência acerca do procedimento licitatório, podendo homologar o certame, ou se for o caso, mediante decisão fundamentada poderá revogar a licitação;

14.2. Caso o adjudicatário não comprove manutenção das condições de habilitação no ato da assinatura do contrato, a SEGPLAN convocará os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao valor, podendo também neste caso revogar o certame licitatório.

XV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O edital poderá ser retirado através do site www.segplan.go.gov.br e/ou www.comprasnet.go.gov.br, do sistema COMPRASNET ou diretamente com a Pregoeira e/ou Equipe de Apoio no seguinte endereço: Palácio Pedro Ludovico Teixeira n.º 400 – 7º andar – Setor Sul.

15.2. É facultado à Pregoeira ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.

15.3. Fica assegurado à SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO mediante justificativa motivada o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

15.4. Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

15.5. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

15.6. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência da Contratante.

15.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

15.9.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

15.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

15.11. A Administração poderá, até a assinatura do Contrato ou outro documento equivalente, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da licitante. Neste caso, a Pregoeira convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer(em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

15.12. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo pelos sites: www.comprasnet.go.gov.br ou www.segplan.go.gov.br, até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes "Proposta Comercial" e "Documentos de Habilitação".

15.13. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, à Pregoeira, no endereço



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

citado no preâmbulo ou pelo telefone (0xx62) 3201-5783, das 8h00min. às 12h00min. e das 14h00min. às 18h00min.

15.14. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Goiânia, Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

XVI. DOS ANEXOS

16.1. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial para Micro e Pequenas Empresas

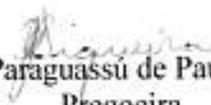
Anexo III - Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo IV – Declaração I – Dos Fatos Impeditivos e Ciência das Cláusulas do Edital.

Anexo V - Declaração II – Modelo de Declaração que não emprega menor para licitar com o Poder Público

Anexo VI – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Goiânia, 22 de agosto de 2012.


Janaine Paraguassu de Paula Siqueira
Pregoeira



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Aquisição, instalação e programação de Central Telefônica Digital e aparelhos determinais digital, já instalados e funcionando, para a comunicação entre as Superintendências, Gabinete, unidades básicas e complementares da SEGPLAN.

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atender a demanda da SEGPLAN e de suas Superintendências, Gabinete, unidades básicas e complementares, com mais presteza e agilidade entre as mesmas, se adequando as atuais demandas da secretaria.

3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 - O fornecimento e serviços deverão ser realizados por profissionais especializados e capacitados para execução dos mesmos;

3.2 - A empresa vencedora para a o fornecimento e realização dos serviços, deverá se responsabilizar por todos os materiais, ferramentas, pessoal necessário para efetuação dos serviços;

3.3 - A contratada deverá fazer a entrega total dos materiais instalados funcionando no prazo de até 20 dias, do recebimento da nota de empenho;

3.4 - A contratada deverá executar o serviço de mudança, instalação e configuração, da central telefônica fabricante Intelbrás Modelo Impacta – 140 com 16 linhas, 16 ramais analógicos, 16 ramais digital, 16 aparelhos digitais e seus acessórios, da unidade da SEGPLAN do Palácio Pedro Ludovico Teixeira 7º andar para unidade SEGPLAN na Av. República do Líbano, inclusive com material necessário para conexão das linhas e ramais até rede já existente.

OBSERVAÇÃO: As empresas interessadas na realização dos serviços deverão realizar visita prévia aos locais onde serão realizados os serviços e fornecimentos, objetivando a verificação dos locais e das condições para instalações dos equipamentos objeto desse termo, afim de formulação dos valores de suas propostas, uma vez que não serão em hipótese alguma, aceitas alterações nos valores ou serviços propostos, em razão de eventuais fatos estranhos relativos a efetiva realização do contrato.

4. DA DESCRIÇÃO

Central de PABX Digital, equipada com 16 (dezesseis) Troncos Analógicos, 16 (dezesseis) Ramais Analógicos, 32 (trinta e dois) Ramal Digital de primeira qualidade, compatíveis com as seguintes facilidades:

a) O equipamento deverá prover reconhecimento do número telefônico do assinante A (desde que enviado pela central pública), apresentando-o no display dos telefones digitais ou analógicos através das sinalização dtmf ou fsk, sem necessidade de hardware adicional.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

- endereçamento IP) que possibilite o acesso a ela via rede LAN e modem para manutenção;
- c) O equipamento deverá permitir o cadastramento dos nomes dos usuários dos ramais, de modo que, quando um ramal chamar um telefone digital com display ou ramal IP com o softphone, seja sinalizado o número do ramal e o nome do usuário que está chamando, mesmo antes da ligação ser atendida. Esta agenda central deve ter capacidade mínima de 200 números comuns a todos os ramais da central;
- d) O equipamento deverá possuir correio-de-voz;
- e) o equipamento deverá possibilitar a criação de uma rede integrada de PABX multi-localidades que comporte no mínimo 16 (dezesseis) nós, com transparência de facilidades, centralização das funcionalidades / gerenciamento com conectividade IP;
- f) A Central PABX deve possuir interfaces proprietárias VoIP, ou seja internas e nativas do equipamento, e estes recursos devem ser utilizados indistintamente para acesso por quaisquer ramais e dispositivos IP do sistema;
- g) O sistema deverá suportar Interligação entre as centrais via IP MPLS (isso irá proporcionar garantia de qualidade de serviço e facilidade na expansão, bem como facilidade para tráfego de dados);
- h) A Central deverá suportar, através dos terminais digitais ou IP, acesso a diretório corporativo, histórico das ligações e discagem através de terminal;
- i) A Central deverá possibilitar expansão das capacidades mínimas exigidas, disponibilizadas por um único sistema, ou seja, não será admitido o fornecimento de equipamentos de menor capacidade;
- J) A Central deverá possibilitar a interligação com gabinetes remotos através de VoIP, mantendo todas as funcionalidades e facilidades do sistema principal, sem que haja a necessidade de troca do sistema ou CPU;
- l) A Central deverá possuir os serviços VoIP através de interface incorporada ao sistema, permitindo inclusive que o protocolo de facilidades do sistema esteja disponível para toda a rede IP, sem que haja a necessidade de troca do sistema ou CPU;
- m) A Central deverá possibilitar o uso de rotas analógicas ou digitais. Deverá ser possível, para todos os troncos e interligações, a utilização de feixe de tronco / rota alternativa, caso a rota principal esteja congestionada;
- n) O Equipamento de Comutação deverá possuir a facilidade de instalação dos módulos de forma descentralizada. Exemplo: Caso o Equipamento de Comutação venha na capacidade total de 200 ramais e 60 troncos Digitais, ela deverá possibilitar a instalação de 100 Ramais e 30 troncos Digitais em um determinado local (endereço) e 100 Ramais e 30 Troncos Digitais em outro local (endereço). Esta interligação deverá ser através da rede LAN / MAN / WAN. Não podendo perder suas características de ser um único sistema.
- o) A Central deverá ser bivolt automático ou seja podendo ser ligada na rede elétrica 100 Volts ou 240 Volts sem a necessidade de se alterar nenhum tipo de mecanismo.
- p) Desvio de chamadas to tipo Siga-me interno e externo



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

q) Deverá executar conferências com no mínimo 30 partes e serviços de atendimento digital para no mínimo 16 chamadas simultânea com menu e sub-menu;

5. DA QUANTIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CODIGO DE ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	Central de PABX Digital, equipada com 16 (dezesseis) Troncos Analógicos, 16 (dezesseis) Ramais Analógicos, 32 (trinta e dois) Ramal Digital de primeira qualidade, compatíveis com os terminais digitais. Configuração final da central devera atingir 120 ramais digitais ou analógicos, 02 link digital sinalização R-2D/ISDN e 16 troncos analógicos e suportas a tecnologia IP sendo tronco ou ramal IP.	UND.		1
2	Terminal digital . Especificação: Display de cristal liquido (LCD) de no mínimo de 300x900 cm, com ajuste de inclinação no mínimo 60 caracteres; Viva voz; Teclas para navegação no display; teclas programáveis com sinalização através de LEDs; Tecla com sinalização (LED) para viva-voz; Tecla com sinalização (LED) para correio de voz; Tecla com sinalização (LED) para sigilo; Tecla com sinalização(LED) para reter; Tecla com sinalização (LED) para pêndulo; Tecla de sinalização (LED) para não perturbe; Tecla agenda; Tecla chamadas; Tecla apagar; Tecla menu; Tecla Flash; Tecla conferência; Ajuste digital do volume do viva-voz; Ajuste digital do volume da campainha; Tecla para cadeado ; Operação com fones de cabeça; Agenda com no mínimo 200 números; Consulta a chamadas atendidas, não atendidas e originadas; Os nome gravado na agenda do sistema devera ser binado juntamente com o numero no display do aparelho compatíveis com a Central Telefônica Digital do item1.	UND.		22
3	Para ampliação do equipamento já existente: 1 Placas Ramal 16 Ramais Digitais a ser instalada na Central Telefônica marca Intelbrás modelo Impacta 140, que seja compatível com a mesma, para ampliação do sistema já existente, pois já é a marca modelo utilizado atualmente pela secretaria, sendo a mesma entregue instalada e pronta para funcionar	UND.		1



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

4	<p>Para ampliação do equipamento já existente: Terminal inteligente, modelo TI2165, Marca Intelbrás para ampliação do sistema já existente Especificação: Display de cristal líquido com ajuste de Inclinação, viva-voz, teclas para navegação no display, mínimo de 20 teclas programáveis com sinalização através de LEDs, tecla com sinalização (LED) para viva-voz, tecla com sinalização (LED) para correio de voz, tecla com sinalização (LED) para sigilo, tecla com sinalização (LED) para reter ligações, tecla com sinalização (LED) para pêndulo, tecla com sinalização (LED) para não perturbe, tecla agenda, tecla chamadas, tecla apagar, tecla menu, tecla flash, tecla conferência, ajuste digital do volume do viva-voz, ajuste digital do volume da campainha, trava de teclado para limpeza do terminal, operação com fones de cabeça, avisos sonoros (bips) de alerta, agenda no mínimo 150 números, consulta a chamadas atendidas, originadas e não-atendidas, acessórios para as centrais impacta, compatível com Central Telefônica marca Intelbrás modelo Impacta 140.</p>	UND	9
---	---	-----	---

5.1 Os itens acima mencionado deveram ser licitado em lote único, garantindo assim uma melhor execução e agilidade do serviço realizado, uma vez que os aparelhos funcionarão em conjunto com o já existente e para que não aja nenhuma incompatibilidade na hora da instalação, execução e entrega do serviço, assim possibilitando uma melhor garantia dos objetos a serem entregues e instalados.

6. SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA

6.1 - Fornecimento de um sistema de suprimento de energia elétrica, dimensionadas para garantir o funcionamento do sistema por um mínimo de 06 (três) horas no caso de falta de alimentação;

6.2 - Todo o sistema de suprimento de energia elétrica deve ter proteção efetiva contra sobretensões e sobrecorrentes;



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

7.1 – A empresa contratada deverá contar com profissionais técnicos qualificados para a execução total do serviço objeto desse termo.

8. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO E ENTREGA.

8.1 - O prazo para instalação e entrega dos equipamentos contratados é de 20 dias após a emissão da nota de empenho;

8.2 - A contratada juntamente com a contratante realizara um teste em todos serviços realizados para previa conferência de funcionamento de todos aparelhos instalados, para só assim atestar as notas fiscais.

9. DA CONTRATADA

9.1 - A empresa contratada deverá arca com todas as despesas para realização dos serviços tais como: impostos, taxas, tributos, seguros, transportes e pagamento de funcionários, ferramentas, equipamentos e todos os acessórios para pronta entrega dos serviços mesmo que não esteja expresso neste instrumento.

9.2 - A contratada devera ainda fazer a entrega do serviço devidamente **instalados e funcionando**;

9.3 - A contratada devera fazer uma visita previa no local onde será realizado o serviço.

9.4 - Entregar o produto devidamente instalado, e pronto para o uso e seu efetivo funcionamento;

9.5 - O fabricante do equipamento garante que todos os componentes do produto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estarão fora de linha de fabricação, pelo menos, nos próximos 90 (noventa) dias. O equipamento proposto deverá possuir garantia do fabricante de 12 (doze) meses para reposição de peças;

9.6- Apresentação do produto ou serviço: Conforme o código de defesa do consumidor Art.6º, III, Arts. 31 e 33, (da lei federal nº 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor), os produtos ou serviços devem trazer informações claras e completas em língua portuguesa sobre:

- QUALIDADE
- QUANTIDADE
- COMPOSIÇÃO
- PREÇO
- GARANTIA
- PRAZO DE VALIDADE
- NOME DO FABRICANTE E ENDEREÇO
- RISCOS QUE POSSAM SER APRESENTADOS À SAÚDE E A SEGURANÇA DO CONSUMIDOR
- SUAS CARACTERÍSTICAS

10. DA PLANILHA DE PREÇOS ESTIMADOS

Conforme planilha já apresentada anteriormente.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

A estimativa media total de gasto prevista para execução dos serviços e de R\$ 18.268,33 (Dezoito mil e duzentos e sessenta e oito reais e trinta e três centavos)

12. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

12.1 - A contratada deverá garantir os serviços prestados quanto a qualidade dos materiais e pontualidade na entrega dos mesmos e garantia de fabrica dos equipamentos de no mínimo (12) meses.

12.2 - A contratada devera oferecer garantia de no mínimo 90 (noventa) dias nos serviços de instalação dos aparelhos após a execução dos mesmos.

13. DOS LOCAIS

Os serviços deverão ser realizados na cidade de Goiânia – GO, em unidades da SEGPLAN localizada na Rua 82 nº 400 Palácio Pedro Ludovico Teixeira 7ª andar, Setor Sul e na unidade ANEXO – Av. República do Libano nº1.945 Setor Oeste Goiânia – GO.:



Diogo Aurélio Pereira
GERENTE

GOIÂNIA, 25 JULHO DE 2012.



Sergio José Tavares
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2012- SEGPLAN/GO

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

Conta Corrente nº:

FAX:

Banco:

E-mail:

Nº da Agência:

À Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento

Prezados Senhores:

Apresentamos a Vossas Senhorias nossa proposta para o fornecimento do objeto do Pregão Presencial nº. 003/2012. A validade de nossa proposta é de *** (*****) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO UNITÁRIO RS	PREÇO TOTAL RS
1	Central de PABX Digital, equipada com 16 (dezesseis) Troncos Analógicos, 16(dezesseis) Ramais Analógicos, 32(trinta e dois) Ramal Digital de primeira qualidade, compatíveis com os terminais digitais Configuração final da central de vera atingir 120 ramais digitais ou analógicos, 02 link digital sinalização R-2D/ISDN e 16 troncos analógicos e suportas a tecnologia IP sendo tronco ou ramal IP.	1	Unid.		
2	Terminal digital. Especificação: Display de cristal liquido(LCD) de no mínimo de 300x900 cm, com ajuste de inclinação no mínimo 60 caracteres; Viva voz; Teclas para navegação no display; teclas programáveis com sinalização através de LEDs; Tecla com sinalização(LED) para viva-voz; Tecla com sinalização(LED) para correio de voz; Tecla com sinalização(LED) para sigilo; Tecla com sinalização(LED) para reter; Tecla com sinalização (LED) para pêndulo; Tecla de sinalização(LED) para não perturbe; Tecla agenda; Tecla chamadas; Tecla apagar; Tecla menu; Tecla Flash; Tecla conferência; Ajuste digital do volume do viva-voz; Ajuste digital do volume da campainha; Tecla para cadeado ; Operação com fones de cabeça; Agenda com no mínimo 200 números; Consulta a chamadas atendidas, não atendidas e originadas; Os nome gravado na agenda do sistema de vera ser binado juntamente com o numero no display do aparelho compatíveis com a Central Telefônica Digital do item 1.	22	Unid.		
3	Placas Ramal 16 Ramais Digitais a ser instalada na Central Telefônica marca Intelbrás modelo Impacta 140, que seja compatível com a mesma, para ampliação do sistema já existente, pois já é a marca modelo utilizado atualmente pela secretaria, sendo a mesma entregue instalada e pronta para funcionar.	1	Unid.		



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

4	Terminal inteligente, modelo TI2165, Marca Intelbras para ampliação do sistema já existente Especificação: Display de cristal líquido com ajuste de Inclinação, viva-voz, teclas para navegação no display, mínimo de 20 teclas programáveis com sinalização através de LEDs, tecla com sinalização (LED) para viva-voz, tecla com sinalização (LED) para correio de voz, tecla com sinalização (LED) para sigilo, tecla com sinalização (LED) para reter ligações, tecla com sinalização (LED) para pêndulo, tecla com sinalização (LED) para não perturbe, tecla agenda, tecla chamadas, tecla apagar, tecla menu, tecla flash, tecla conferência, ajuste digital do volume do viva-voz, ajuste digital do volume da campainha, trava de teclado para limpeza do terminal, operação com fones de cabeça, avisos sonoros (bips) de alerta, agenda no mínimo 150 números, consulta a chamadas atendidas, originadas e não-atendidas, acessórios para as centrais impacta.	9	Unid.		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA.....RS					

DECLARAMOS que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros.

Finalmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos, conforme demonstrativo abaixo.

Local, **, de *****, de 2012.

Assinatura



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

ANEXO III

MODELO CARTA DE CREDENCIAMENTO

À
Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás - SEGPLAN
Palácio Pedro Ludovico Teixeira nº 400 – 7º andar, Setor Sul, 74015-908

PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/ 2012.

Assunto: Credenciamento

Na qualidade de responsável legal pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____ credenciamos o Sr. _____, portador da carteira de identidade n.º _____ e do CPF(MF) n.º _____, para nos representar na licitação em referência, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar a recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO I - DOS FATOS IMPEDITIVOS
e CIÊNCIA DAS CLÁUSULAS DO EDITAL**

À
Secretária de Estado de Gestão e Planejamento - SEGPLAN
Palácio Pedro Ludovico Teixeira nº 400 – 7º andar, Setor Sul, 74015-908

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2012.

Assunto: Declaração

A Empresa _____, CNPJ nº _____,
DECLARA:

- sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigação de declarar ocorrências posteriores.
- ter ciência de todas as cláusulas do Edital, sendo que o descumprimento de qualquer dessas cláusulas acarretará a aplicação das penalidades conforme art. 87 da Lei nº 8.666/93, principalmente a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

ANEXO V

**DECLARAÇÃO II - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE
NÃO EMPREGA MENOR PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, da não-realização, no estabelecimento, de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo, na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

.....

(data)

.....

(representante legal)



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Para fins do disposto no item do Edital de PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2012 **declaro**, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ no _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como **(MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme o caso)** estabelecidos pela Lei Complementar no 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto n.º 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Local e Data

Representante Legal ou Procurador do Licitante
(nome e assinatura)

OBSERVAÇÃO:

Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro/Equipe de Apoio, na abertura da sessão quando do credenciamento dos licitantes.